

Sines em 1755

SINES, 31 de Outubro de 1755. A vila tinha então cerca de 500 fogos, talvez uns dois mil habitantes. Fazia parte da Província do Alentejo, na parte mais ocidental Campo de Ourique. De Lisboa distava 20 léguas (1) e de Évora.

A vila tinha um perfil bem definido, lá no cimo das barrocas, a contemplar a baía, com o castelo e a torre da Igreja Matriz a marcar a linha do horizonte. O pontal marcava o lado nascente em conjunto com o convento de Santo António e a ermida de Santa Catarina; a fechar a baía, do lado poente, o forte de Nossa Senhora das Salas concluía a defesa de pedra da vila. Grupos de homens válidos, das Ordenanças, giravam nas vigias e nas fortalezas. Eram a defesa de carne e osso.

O juiz da Câmara e o juiz de fora exerciam a justiça em primeira instância e os dois vereadores eleitos tinham “cargo de todo o regimento da terra (2)”. A câmara, formada pela elite local, regulava a vida económica da vila.

O duque de Aveiro, ainda longe de ser executado por traição, detinha a jurisdição de segunda instância da vila de Sines, bem como de outras terras no litoral Alentejano.

Além de apresentar as pautas das vereações, nomeava outros oficiais da administração. Nas vésperas do terramoto, era já a Coroa a confirmar as pautas de eleição dos oficiais da câmara, desde 1749 (3).

A comenda de Sines, constituída por pequenas propriedades da Ordem de Santiago na vila e nos seus arrabaldes, estava na casa do Marquês de Minas.

Assim, a vila de Sines é exemplo da constelação de poderes que caracterizou o Antigo Regime.

Em torno da vila, nas Barradas, em São Pedro, florescem as vinhas. O vinho é tão abundante que é exportado, através do porto, para Lisboa. Contudo, é um vinho barato, de baixa qualidade. Quanto aos cereais panificáveis, que, em conjunto com o vinho são alimentos básicos no Antigo Regime, eram importados do Campo de Ourique.

O termo da vila de Sines tinha a sua extrema bordada a serras, junto a São Domingos e ao Cercal. No termo produzia-se cereais, nomeadamente nos montes do sul do concelho (Incenso, Serra de Cima), caçava-se coelhos e lebres e os lobos faziam as suas fantásticas aparições.

No dia de Todos os Santos, por volta das nove da manhã, a terra tremeu. A água do mar subiu desmesuradamente em Sines, mas as barrocas protegeram a vila das águas. A força das correntes marítimas era tão forte que deram à costa de Sines madeiras identificadas como sendo da fortaleza de Vila Nova de Milfontes.

Mas as terras deslocaram-se, as areias sumiam-se e as casas da vila balançaram ao ritmo do sismo. De acordo com o pároco de Sines, Alexandre Mimosos, várias casas arruinaram-se, bem como igrejas e mesmo as fortalezas. A abóbada da igreja de Nossa Senhora das Salas arruinou-se; a ermida de São Pedro foi demolida pelo terramoto; a Igreja do Espírito Santo também conheceu estragos consideráveis.

O castelo, segundo a descrição do Comandante da Praça Manuel Borges de Brito, sofreu vários abalos nas muralhas e nas ameias. A torre onde estava o sino ruiu; as telhas dos telhados da Casa do Governador *todas correram*. O forte de Nossa Senhora das Salas não sofreu estragos de maior, mas o forte de dentro, no Pessegueiro, sofreu danos consideráveis. A abóbada da capela ruiu, e, em Abril de 1756, rezava-se missa numa casa de madeira junto à fortaleza. Além disso, o muro do poço da parte da rocha ruiu parcialmente e as escadas que conduziam à bateria superior ficaram intransitáveis.

Em 1758, segundo o padre Mimoso, apenas a igreja do Espírito Santo, de administração da Misericórdia, bem como algumas casas de particulares, tinham sofrido obras. As marcas do terramoto estavam ainda bem visíveis.

Para saber mais...

Os efeitos do terramoto de 1755 em Sines constam de duas fontes. A primeira data de Abril de 1756 e trata-se de um relatório do comandante da Praça Manuel Borges de Brito, em que se relata o estado em que ficaram o castelo de Sines, o forte do Pessegueiro e de Vila Nova de Milfontes. Este documento foi publicado pelo *Notícias de Sines* de 12 de Novembro de 2005, nº 225. Uma transcrição deita pelo Arquivo Histórico a partir do original está patente na exposição.

A segunda fonte, já de 1758, é a resposta do pároco de Sines, Alexandre Mimoso, a um inquérito realizado a nível nacional por Sebastião José de Carvalho e Melo. Os objectivos deste inquérito eram não apenas conhecer os efeitos do terramoto em cada localidade e as medidas entretanto tomadas como também, num período de racionalização administrativa, conhecer melhor o reino. Assim, constam informações demográficas, económicas, da administração do território e de cultura.

A chamada *Memória Paroquial de 1758* do concelho de Sines foi publicada:

FALCÃO, José António, *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758*, Santiago do Cacém, Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987.

- (1) Uma légua equivale a 5 Km.
- (2) Ordenações. Ver referência
- (3) ACMSN, Livro de Actas nº9, fl.69 v.